



A história do currículo oficial de ensino fundamental e médio no Brasil

autor	Solange Aparecida Zotti
cidade	Campinas
editora	Autores Associados
ano	2004

Com o objetivo de historiar e circunstanciar alguns momentos decisivos do desenvolvimento dos currículos oficiais de ensino fundamental e médio na história do Brasil, Solange Aparecida Zotti oferece, com seu texto, uma bela contribuição ao tema. O livro foi dividido em cinco capítulos: “Sociedade, educação e currículo no Brasil Colônia”; “Sociedade, educação e currículo no Brasil Império”; “Sociedade, educação e currículo na Primeira República (1889-1930)”; “Sociedade, educação e currículo de 1930 a 1964”; “Sociedade, educação e currículo no contexto da Ditadura Militar”. Por ser professora da educação básica desde 1988, e do ensino superior desde 1996, e sendo de uma geração que, nascida a partir de 1970, viveu a infância e a adolescência nos moldes do Regime Militar (1964-1985), a parte mais volumosa e consistente de seu livro esteja justamente concentrada nos dois últimos capítulos. De modo que enquanto os três primeiros capítulos compreendem um total de 72 páginas, analisando um período aproximado de 400 anos (da chegada dos jesuítas ao fim da Primeira República), nos dois últimos, que analisam um período de pouco mais de 50 anos, a autora destinou (pouco) mais de 130 páginas. A densidade de informações e mudanças que perpassam o currículo oficial do ensino fundamental, médio e superior (no qual se detém pouco) durante esse período, além de muito conhecida, não deixa de justificar um tratamento pormenorizado, tal como foi oferecido pela autora. Mas pode-se argumentar inversamente que seu tratamento dos períodos anteriores foi muito sucinto, comparado com seus dois últimos capí-

tulos, diante da complexidade daqueles processos (sociais, políticos, econômicos, educacionais e culturais).

O livro ainda é precedido por uma apresentação do professor José Luis Sanfelice (da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP), na qual esclarece o recorte e a importância do texto da autora, que é “o da história do currículo oficial no Brasil”. Diz ainda que a “idéia é entender os propósitos do currículo de cada época, para explicitar parte dos desejos e das necessidades educativas da sociedade em questão, ou seja, aqueles desejos e necessidades que se tornaram hegemônicos e obtiveram o amparo das políticas educacionais, dos governos, do Estado e se converteram em legislação e/ou normas a serem cumpridas pelas instituições escolares” (Zotti, 2004, p. XI). Para ele:

O material que nos chega com o trabalho de Solange A. Zotti demonstra bem a pertinência de ainda se fazer o que ela fez, uma vez que os jovens pesquisadores não podem ter, na sua formação, sonogado o acesso ao conhecimento de visões mais gerais da história da educação brasileira, da história do currículo oficial e de paradigmas analíticos que são abandonados, muito antes de se conhecê-los [idem, p. XIII].

Já na introdução a autora indica o objetivo principal de seu estudo, que “é resgatar e sistematizar a história do currículo oficial no Brasil [com base] [...] [n]o exame da legislação [que] se constitui [n]o princípio orientador [...] pois esta registra as concepções já existentes no contexto socioeconômico-político do país [indo] [...] da educação jesuítica à década de 1980 (incluindo o período de transição democrática), com ênfase nas propostas curriculares presentes nas leis orgânicas do ensino secundário (1942) e primário (1946) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 e suas reformas (1971 e 1982)” (idem, p. 1), tal como já foi apontado anteriormente, na apresentação do professor Sanfelice. A autora esclarece que se pautou no conceito de “currículo oficial”, com base em trabalhos de outros autores (refazendo parte dos caminhos apontados pela historiografia, para demarcar suas escolhas), para reconstituir o que foi de fato posto em prática (ou que deveria ter sido!), com base nas leis e normas aprovadas nos diferentes períodos estudados. Para atingir esse objetivo a autora apóia-se numa histo-

riografia eminentemente marxista, o que desde já deve ser elogiado, uma vez que vivemos em um período, apontado anteriormente por Sanfelice, em que antes de conhecer adequadamente as abordagens teórico-metodológicas, ou a interpretação dos processos gerais, se deixa tudo isso de lado com o argumento simplista de que estão “ultrapassados”, “fora de moda” e “inadequados” para pensar as sociedades e os homens do passado e do presente.

Se por um lado deve-se elogiar os méritos do estudo e as escolhas teóricas e metodológicas da autora, por outro é necessário indicar ao leitor certas fragilidades que permeiam a pesquisa. Pode-se argumentar que sua análise foi muito esquemática em alguns pontos, principalmente na interpretação dos diferentes contextos, pautando-se em importantes estudos produzidos até os anos de 1980, mas deixando contribuições importantes da historiografia brasileira, principalmente de cunho social e econômico, que nas últimas duas décadas têm contribuído de modo significativo para a revisão e ampliação do conhecimento de períodos muito, ou até então pouco ou nada, estudados, e que permitiriam à autora avançar sobre suas hipóteses a respeito das características do tipo de currículo oficial, que foi e é posto em prática, quase sempre excluindo parcela significativa da sociedade brasileira. Apenas dois exemplos sobre esse argumento: o texto *Arcaísmo como projeto* de autoria dos professores Manolo Florentino e João Frago (de 1993, e revisto e ampliado para a edição de 1999) e o texto *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (de 2001), de autoria do professor José Murilo de Carvalho, melhorariam muito as evidências indicadas pela autora sobre o caráter excludente das elites nacionais, tal como apontado por ela ao indicar que ao “examinarmos os diferentes períodos da história do Brasil e, conseqüentemente, sua educação, verificamos que desde os jesuítas esta foi conduzida pela ótica da classe dominante, de acordo com seus objetivos econômicos e políticos, com o fim de dar uma resposta às suas necessidades [de modo que] [...] as definições curriculares oficiais tiveram por objetivo fazer cumprir, na prática, as concepções dominantes” (p. 213). Em contrapartida, vale destacar os vários estudos sobre a história da educação no Brasil que vêm pormenorizando momentos pouco conhecidos, ou estudados, como os produzidos pela Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual

de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) (apenas para ficar nos exemplos mais significativos), ou trabalhos mais específicos como os de Selva Guimarães Fonseca, *Caminhos da história ensinada* (originalmente dissertação de mestrado publicada em 1993), e os de Thaís Nívia de Lima e Fonseca, *História & ensino de história* (de 2003), que cada um a seu modo aprofundariam o argumento da autora de por que certas propostas eram aprovadas em alguns momentos, enquanto outras eram engavetadas.

Pode-se ainda argumentar que, mesmo considerando a escolha do tema e análise, a autora se pautou demasiadamente em fontes oficiais, sem com isso observar outras fontes; ou mesmo exemplificar em alguns momentos (com base em instituições de ensino, ou em localidades) como as propostas do currículo oficial eram lidas, interpretadas e postas em prática no ensino fundamental e médio, nos diferentes períodos estudados, o que permitiria, principalmente aos estudantes de graduação (em especial de pedagogia, história, geografia e ciências sociais), compreender as complexas relações que ocorrem entre a deliberação de uma normatização nos níveis federal, estadual e municipal (muito embora essa questão seja muito bem estudada pela autora) e a forma como a lei é posta em prática e apreendida pelas instituições escolares, e pelos profissionais que nelas trabalham – aspecto apenas referido, mas não analisado. De modo que até esclareceria melhor seu argumento sobre a questão da exclusão da população pobre (principalmente negra e índia) dos processos de escolarização – e que foi até pouco explorado pela autora, mesmo ressaltando que “acredito ser significativo o conhecimento da história do currículo oficial no Brasil, ancorado no contexto em que é gerado, para que os educadores possam com mais subsídios perceber que as intenções oficiais, historicamente, foram balizadas por concepções preponderantemente elitistas [e] [...] há [mesmo assim] no cotidiano da escola ações de resistência e crítica aos documentos oficiais, como forma de construir uma lógica que não seja [apenas] a da elite” (p. 227). E acrescenta dizendo que:

[...] a relação entre contexto socioeconômico-político, educação e currículo oficial evidencia-se em todos os períodos. Os currículos oficiais foram ade-

quadros aos contextos, especialmente no sentido de garantia dos interesses dominantes, atendendo às necessidades econômicas e políticas, na medida do desenvolvimento da sociedade, conforme os interesses dominantes [idem, *ibidem*].

Por fim, vale alertar que em alguns momentos fica muito bem indicada a forma como ocorria as relações de dominação das “classes dirigentes” com o “povo”, mas pouco evidenciada a maneira como a população pobre, em muitos momentos, não ficava anônima, quieta, e aceitava paciente e passivamente aquelas deliberações; coisa que sobre a questão, embora diversa, da população assistir “bestializada” à implantação do regime republicano no Brasil, os estudos do professor José Murilo de Carvalho, tal como *Os bestializados* e *A formação das almas*, viessem a indicar de forma erudita e esclarecedora as complexas relações da “população pobre”, “o povo”, com “as classes dominantes”.

Ainda que os argumentos anteriores sejam válidos e plausíveis, em nada eles invalidam, desmerecem ou deixam de considerar os méritos e a validade do empreendimento levado a cabo pela autora. Muito pelo contrário, apenas indicam o quanto é complexa tal tipo de pesquisa, o que só enobrece tentativas como essa (que deveriam ocorrer mais corriqueiramente no país, tal como apontado por Sanfelice na apresentação do livro). Sobre esse ponto a autora indica que os

[...] currículos oficiais foram sendo construídos ao longo da história da educação brasileira de acordo com o modelo econômico. As mudanças legais significativas também foram feitas para atender a novos modelos econômicos que se desenhavam. Isso leva a um alerta aos educadores para que observem com mais cuidado as atuais orientações oficiais em relação ao currículo. As reformas ocorridas na década de 1990 no Brasil e nos demais países da América Latina só comprovam que as políticas oficiais estão alicerçadas nas novas necessidades do modelo produtivo [deixando, muitas vezes, de lado as reais necessidades da população] [p. 228].

Não foi, assim, por acaso, que uma de suas maiores intenções fosse que “a análise aqui feita contribua para trazer a tona questões de nossa época”, para quem sabe podermos não apenas pensar nossa

realidade educacional, mas também transformá-la (e, por que não, para a melhor!). E, nesse sentido, gostaríamos justamente de encerrar esta análise com as palavras de um historiador, e que já não vive entre nós, que foi Eduardo D'Oliveira França. Em pleno Regime Militar, no ano de 1973, num auditório na cidade de Assis (interior do estado de São Paulo), proferindo uma conferência intitulada "Conversa em torno de nosso ofício" (publicada no ano seguinte nos *Anais de História*), para alunos dos cursos de história, pedagogia, ciências sociais e letras, no que é hoje uma das unidades da UNESP, ele falava com a mesma intensidade que o texto ora resenhado, visando trazer à tona também questões da sua época. Em suas palavras:

O que ainda está faltando aos nossos legisladores, inclusive aos da Educação, é fidelidade à realidade do país, realidade que não pode ser compreendida sem a perspectiva do passado do qual nasceu o presente. Prevalendo a idéia de que a lei tem uma função docente, que existe para educar a comunidade, pretende-se por meio dela, não disciplinar as atividades sociais, mas alterá-las para que se assemelhem às práticas de outros países. Se o povo não sabe ou não quer fazer alguma coisa, baixa-se uma lei que o obrigue. Mas a lei que não sintoniza com as predisposições sociais é mal obedecida, é burlada. Pode a lei ter um sentido educativo, mas não faz milagres...

[...]

Temos que ter a coragem de procurar as totalidades do passado, como objetivo final. De não fazermos apenas aquela História política quase que exclusiva que foi a [da] tradição da historiografia brasileira, a História mais fácil de se fazer porque se baseia em documentação oficial, a que, em geral, mais freqüentemente se salva e se guarda nos arquivos. A documentação para abordagem de outros aspectos de vida do passado é fugidia, escassa, descontínua, e exige do pesquisador um esforço muito maior. É mais cômodo e mais seguro fazer a História política explorando os acervos oficiais do que investir para a História dos costumes que às vezes chega a parecer um folclore retrospectivo, para a História das religiões, das formas de crer, ou para a História das mentalidades, esses capítulos da grande História que nos levam ao encontro do povo que nós somos.

[...]

Não se trata de indagar se reincorporando-se o povo na História ela se torna mais útil, e portanto, o ensino da História recupera sua posição nos currículos. Não é isso. Pensamos na História que reclama o nosso espírito coletivo, uma

História com maior significado para o nosso pensamento, para a nossa sensibilidade, para um maior conhecimento de nós mesmos. A História política, a ondulação do poder, é uma faixa tão estreita do nosso imenso passado, que temos de alargá-la muitas vezes para alcançar outras faixas que nos permitam reencontrar a vida dos homens no passado. Temos que ter a coragem, a ambição e a energia de procurar a vida do passado em toda a sua complexidade, vendo que o herói é o povo em suas cambiantes maneiras de pensar, sentir, agir, de ser ou melhor de ir sendo...¹

Diogo da Silva Roiz

Mestre em história pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca. Coordenador do curso de história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), campus de Amambaí.

Endereço para correspondência:

Rua José Luiza Sampaio Ferrez, 1.133

Vila Gisele – Amambaí-MS

CEP 79990-000

E-mail: diogosr@uems.br

Recebido em: 18 jun. 2007

Aprovado em: 28 jun. 2007

1. FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Conversa em torno de nosso ofício. *Revista Anais de História*, São Paulo, n. 6, p. 11-47, p. 22-23, 1974.